

Brandão espera explicações

O ex-presidente do Banco Central e atual presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, defendeu ontem — para os próximos seis meses, um tratamento de choque contra a inflação, mesmo à custa de “uma recessão econômica muito grande”. Ele lembrou que, “com inflação anual de 160 a 200%, o País não escapa da convulsão social”.

Diante da falta de credibilidade das autoridades econômicas, Brandão diz que o Governo deve entregar uma outra carta de intenções à sociedade brasileira, semelhante à enviada ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesta carta o Governo teria que detalhar “o que quer fazer”: impor medidas drásticas para reverter o processo inflacionário”. Sem essa carta que defina o programa antiinflacionário, diz o ex-presidente do Banco Central, será difícil a sociedade aceitar mais sacrifícios.

“O FMI deveria ser mais exigente” — afirmou Brandão, ao apoiar a posição do ex-ministro da Fazenda e membro do Conselho Monetário Nacional, Octávio Gouvea de Bulhões, favorável ao tratamento de choque contra a inflação. Para Brandão, o tratamento gradualista adotado nos últimos três anos só prolonga a re-

Adauto Cruz



Carlos Brandão

cessão “e a inflação continua lá em cima, com a caracterização da estagflação”.

Com o aval do FMI e da sociedade o Brasil poderá retomar as projeções de inflação entre 20% e 25% para os próximos anos. Para isso, Brandão propôs o corte imediato dos subsídios a todas as atividades, inclusive agricultura e exportação; o achatamento salarial nos próximos

seis meses; a manutenção da política monetária contracionista e das altas taxas de juros, e todas as medidas adicionais para “acabar com o déficit público”.

Para Brandão, “sem artificialismos”, o governo pode evitar que a recessão “muito grande” signifique quebra generalizada de empresas e conseqüente agravamento do desemprego. Com esse objetivo, o governo pode acionar mecanismos fiscais e creditícios, em autêntica “operação hospital”, como dilatação do prazo para recolhimento de impostos.

Por considerar a moratória unilateral uma “burrice”, dentro da estratégia de um país que busca o crescimento, o presidente da Andima justificou a sua proposta a favor de uma mididesvalorização ou minidesvalorizações mais aceleradas do cruzeiro, como forma de compensar a alta do dólar no mercado de câmbio internacional. E aconselha a extinção do crédito-prêmio do imposto sobre produtos industrializados nas exportações de manufaturados. As empresas com elevado endividamento externo, Brandão propôs o alongamento do prazo de amortização — com a interferência do Banco Central — à exemplo do que o Brasil já negocia em relação à sua dívida global.